



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140926 - CE (2021/0002918-5)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : JOSE JOSELAND SOUSA DE OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO ALVES DA SILVA - CE029296
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
CORRÉU : FRANCISCO WAGNER XAVIER MOUTA
CORRÉU : FRANCISCO RONDINELLE MOUTA XAVIER
CORRÉU : RENAN COELHO MOUTA
CORRÉU : ALOISIO DA SILVA SOUSA
CORRÉU : ARLINDA DE MELO XAVIER
CORRÉU : MARIA LUCIA DE MELO XAVIER
CORRÉU : JOAO BATISTA BENEDITO FILHO
CORRÉU : ANDRINE CORDEIRO HONORIO
CORRÉU : FRANCISCO ANTONIO GOMES ALBUQUERQUE
CORRÉU : RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA CAETANO
CORRÉU : JONAS RODRIGUES DE SOUSA
CORRÉU : MARIA JOSE RODRIGUES DE HOLANDA
CORRÉU : VALERIA HOLANDA SOUSA
CORRÉU : VANESSA HOLANDA DE SOUSA
CORRÉU : FRANCISCO JEAN PEREIRA ARAUJO
CORRÉU : CARLOS HENRIQUE PEREIRA BASILIO
CORRÉU : FRANCISCO CLEVER CARNEIRO FREITAS
CORRÉU : FRANCISCO WAGNER FONTENELE ARAÚJO
CORRÉU : DANIEL CARDOSO DE OLIVEIRA
CORRÉU : EMERSON MOUTA
CORRÉU : DEVID DOUGLAS VASCONCELOS DOS SANTOS
CORRÉU : FRANCISCO IVO ARAGAO
CORRÉU : FRANCISCO ANTONIO XIMENES FILHO
CORRÉU : FRANCISCO DIEGO SOUSA ANDRADE
CORRÉU : MARIA BETANIA MACHADO NASCIMENTO
CORRÉU : NAIANE MACHADO NASCIMENTO
CORRÉU : FRANCISCO RODRIGO GOMES DE HOLANDA
CORRÉU : GREGORIO ALISSON SOUSA DE PAULA
CORRÉU : JOELIA MAGALHAES ALCANTARA
CORRÉU : TERSÁRIA FERREIRA DE SOUSA
CORRÉU : PAULO FERNANDES DA SILVA
CORRÉU : PAULO HENRIQUE SOUSA PINTO
CORRÉU : FRANCISCO ALESSANDRE DE VASCONCELOS FEIJAO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por JOSE JOSELAND SOUSA DE OLIVEIRA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0636628-96.2020.8.06.0000).

O recorrente está preso preventivamente desde 14/3/2019 pela suposta infração ao art. 2º, § 2º e § 4º, inciso I, da Lei n. 12.850/13 e ao art. 35 da Lei 11.343/06.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, além de haver excesso de prazo na formação da culpa.

Alega, ainda, que o Ministro Edson Fachin teria concedido a ordem no *Habeas Corpus* n. 185.815/CE no dia 13/7/2020 a Renan Coelho Mouta, motivo pelo qual deve ser-lhe estendido o benefício.

Requer, liminarmente, a concessão da liberdade provisória ou a substituição da prisão por medidas cautelares diversas. No mérito, pede o provimento do recurso para que possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator se manifestou, de forma fundamentada, sobre a inexistência de excesso de prazo e sobre o pedido de extensão (fls. 314-328):

[...]

Assim, verifica-se que não resta caracterizado a desídia estatal na condução do processo, vez que os autos vêm sendo impulsionados com frequência, contudo a complexidade do processo decorrente de um elevado número de acusados contribuem para uma tramitação mais compassada, não restando caracterizado o constrangimento ilegal.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça firmou jurisprudência no sentido de se considerar o juízo de razoabilidade para eventual constatação de constrangimento ilegal ao direito de locomoção decorrente de excesso de prazo, levando-se em consideração a quantidade de delitos, a pluralidade de réus, com procuradores distintos, necessidade de expedição de cartas precatórias, como ocorre no caso em apreço.

(...)

Assim, percebe-se que a ordem foi concedida ao corréu Renan Coelho Mouta, em razão do decisum que resultou na prisão dele, ser considerado genérico e abstrato, não satisfazendo a necessidade de motivação das decisões judiciais, nem demonstrando a presença dos requisitos mencionados no art. 312 do CPP, o que não se observa do decreto preventivo ora combatido.

Ademais, na hipótese dos autos, o impetrante deixou de demonstrar o

preenchimento dos requisitos objetivos e subjetivos (similitude fático-processual), entre a situação do ora paciente e a do réu beneficiado com liberdade provisória, não merecendo, portanto, acolhimento do pleito de extensão de benefício.
[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente